CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1717/73

PARECER CEE N° 2358/73
Aprovado por Deliberação
de 12/11/73

INTERESSADO: Manoel Rojas Martins

ASSUNTO : Pedido de equivalência de estudos realizados em Escola
SENAI

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATOR : Cons. João B. Salles da Silva

1. HISTÓRICO

1.1. - Manoel Rojas Martins, filho de Manoel Rojas Moreno e d. Clothil de Martins, nascido em Mundo Novo (SP) a 25/02/1938, portador da Carteira de Identidade RG n° 2.309,284, residente nesta Capital na Av. Monte Magno n° 2065, realizou os seguintes estudos:

1.1.1 - Curso primário, com 4 séries, no Grupo Escolar "Armando Araújo" desta Capital;

1.1.2 - Curso de aprendizagem, com 3 graus (3 semestres), na Escola SENAI "Roberto Simonsen", onde estudou: Português: 3 graus; Matemática: 3 graus; Ciências: 3 graus; Desenho: 3 graus; Tecnologia: 2 graus; Educação Física: 3 graus; Prática Profissional: 3 graus.

Cursou o 1° grau no 1° semestre de 1953, o 2° grau no 2° semestre de 1954 e o 3° grau no 1° semestre de 1955. Ao concluir o curso de aprendizagem, foi outorgada ao interessado a correspondente "Carta de Ofício" (fls. 6).

1.1.3 - Com fundamento nas disposições legais e normas urgentes, baixa das por este CEE, solicita equivalência dos estudos feitos a nível de conclusão do ensino do 1° grau.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - O Decreto-Lei Federal n° 937/69, alterando o disposto no artigo 51 da Lei 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular de 1° grau.

2.2 - A Lei Federal n° 5692/71, consoante dispõe no artigo 27, parágrafo único, manteve o mesmo direito "conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 - A Deliberação CEE n° 30/72, em seu artigo 1°, letra "b", permite a organização de cursos de aprendizagem intensivos, que além da formação profissional ministrem educação geral equivalente as quatro últimas séries do ensino do 1° grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino".

2.4 - O Parecer CEE n° 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e cada termo para fins de equivalência corresponde a uma "série" do ensino regular do 1° grau.

O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo correspondia a um "termo".

2.5 - O requerente realizou curso de três "graus" ou, com denominação atualizada, de três "termos" ou três "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo de 720 horas fixado, para cada série, pelo artigo 18 da Lei nº 5692/71.

2.6 - O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou é equivalente ao presente pela Resolução CEE nº 8/71, faltando, porém, Geografia do Brasil, História do Brasil e Educação Moral e Cívica.

2.7 - A petição do interessado, quanto à equivalência dos estudos feitos a nível de conclusão do ensino do 1º grau, não pode ser atendida. No entanto, este Egrégio Conselho pode, a nosso ver, considerando jurisprudência firmada em pareceres aprovados pelo Pleno para casos similares - reconhecer-lhe equivalência nos termos da seguinte conclusão.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos pela equivalência dos estudos realizados por Manoel Rojas Martins, em curso de aprendizagem, a nível de conclusão da 7ª série, podendo, portanto, matricular-se na 8ª série do ensino do 1º grau. O estabelecimento em que se matricular deverá submetê-lo a processo de adaptação em História do Brasil, Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica e em outras disciplinas que considerar necessárias.

São Paulo, 26 de setembro de 1973.

a) Cons. João B. Salles da Silva - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do voto no nobre Conselheiro, estando presentes os nobres Conselheiros: Egas Moniz Nunes, Eloysio Rodrigues da Silva, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria Imaculada L. Monteiro e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 26 de Setembro, de 1973.

a) Conselheira Maria de Lourdes M. Haidar - Presidente